

Projetos sobre censura nas escolas duelam na Câmara

Vereadores travam batalha ideológica com propostas opostas para a Educação

Vereadores de Campinas estão travando uma batalha ideológica relacionada à Educação na Câmara. Após apresentação de projeto com conceitos da

Escola sem Partido, começou a tramitar no Legislativo o Escola sem Censura. O primeiro, de Néelson Santini Neto (PSD), proíbe o professor de estimu-

lar manifestações, e impede que ele opine em questões históricas e ideológicas, além de vetar debate de gênero na sala de aula. A segunda proposta,

de Mariana Conti (PSOL), veta a censura política, filosófica, artística, religiosa ou cultural. Ambos valem para escolas públicas e privadas. **PÁGINA A5**

Escola sem Partido terá projeto 'rival'

Escola sem Censura tramita em contraponto à matéria que veta discussões políticas por professores

Maria Teresa Costa
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
teresa@rac.com.br

Depois da Escola sem Partido, começa a tramitar na Câmara de Campinas a Escola sem Censura. O primeiro projeto, do vereador Néelson Santini Neto (PSD), proíbe o professor de estimular que os alunos participem de manifestações e impede que ele emita opiniões sobre questões históricas, ideológicas e de discutir gênero na sala de aula. A segunda proposta, da

Pesquisadora defende que não deva haver censura ideológica

vereadora Mariana Conti (PSOL), proíbe qualquer prática de censura de natureza política, ideológica, filosófica, artística, religiosa ou cultural a estudantes e docentes, garantindo a livre expressão de pensamentos e ideias nos ensinos público e privado de Campinas.

Segundo a vereadora, seu projeto nasce "como resposta à pretensão autoritária de censurar, calar, perseguir e criminalizar a liberdade de expressão e pensamento nas escolas campineiras e o assédio e perseguição política aos profissionais da educação".

Santini Neto não foi encontrado ontem para comentar o tema. O projeto apresentado por ele, porém, defende que "um dos deveres do professor é não se aproveitar da



Tenente Santini, autor do projeto "Sem Partido", passa pela Mesa Diretora; acima, à direita, Mariana Conti, que defenderá o "Sem Censura"

audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. O professor também não deverá favorecer, prejudicar ou constrianger os alunos em razão de suas convicções políticas ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas".

De acordo com Mariana, o projeto apresentado por ela visa "garantir a mais absoluta

liberdade de expressão e pensamento no âmbito da educação, o pluralismo de ideias, o debate sem mordagens, a escuta respeitosa da opinião do outro, o respeito e a celebração da diversidade como valor democrático e a autonomia pedagógica das escolas". A proposta, informou, visa também combater a discriminação, o preconceito e o discurso de ódio no âmbito da educação, garantindo o respeito pelas diferenças e pre-

venindo todas as formas de violência, bullying e assédio escolar.

"A violência de gênero deve ser enfrentada e combatida, viver sem violência precisa ser um direito garantido a todos. O projeto parte da premissa que o processo de ensino e aprendizagem deve se calcar num criterioso processo de construção do conhecimento e de senso crítico, e só é possível apoiado na atividade de pesquisa, de leitura crí-

tica, de investigação, com acesso à diversificação de fontes", afirmou.

Para a pesquisadora da Faculdade de Educação da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** Maria Márcia Sigríst Malavasi, trabalhar as questões políticas em sala de aula é importante. "Não pode haver censura ideológica e o professor precisa de bom senso para não partidizar a discussão. Os estudantes precisam ter noção filosófica do

SAIBA MAIS

O projeto da Escola sem Partido foi criticado pela Faculdade de Educação da Unicamp, que esta semana divulgou nota pública afirmando que o projeto já foi considerado inconstitucional pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, quando da tentativa de implementação no Estado de Alagoas. Segundo a nota, a proposta fere alguns dos princípios constitucionais, dentre eles: liberdade de ensino, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e a gestão democrática no âmbito escolar.

que é política, do que são questões de gênero, da mulher, que hoje tem uma centralidade importante. Elas precisam ser apresentadas aos alunos para serem pensadas, debatidas sem opiniões preestabelecidas", afirmou. "O bom professor sabe apresentar os vários ângulos e visões sobre um tema."

O especialista em educação Jonas de Oliveira avalia que a escola tem importante papel na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. "Isso se consegue com informação, com debates, com conhecimento. Debater ideologia é diferente de fazer doutrinação partidária. É apresentar ao aluno os fundamentos básicos, as visões existentes sobre os temas, sem censura", afirmou.

Leandro Torres/Zago2017/AAN